



PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Mecanismo de Doação Dedicado para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – Fase 2

Programa de Investimentos Florestais

Brasil

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA)

Dezembro de 2021

Versão para Consulta

Sumário

1. Introdução/Contexto.....	2
2. Descrição do Projeto	4
2.1 Programa de Investimentos Florestais (FIP) e Programa Brasileiro de Investimentos Florestais (BIP).....	4
2.2 DGM-Global.....	5
2.3 DGM Brasil – Fase 1.....	6
2.4 DGM Brasil Fase 2	10
3. Identificação e Análise das Partes Interessadas.....	11
3.1 Metodologia.....	12
3.2. Partes interessadas	14
3.3. Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis.....	16
4. Programa de Engajamento de Partes Interessadas	16
4.1. Antecedentes	16
4.2. Resumo do envolvimento das partes interessadas feito durante a preparação do projeto	18
4.3. Resumo das necessidades e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas	19
4.4. Estratégia proposta para divulgação de informações.....	21
4.5. Plano de Engajamento de Partes Interessadas	23
4.6 . Participação das partes interessadas no processo de monitoramento e avaliação	26
4.7. Apresentação de relatório às partes interessadas.....	27
5. Recursos e responsabilidades para a implementação de atividades de engajamento das partes interessadas	27
5.1. Recursos	27
5.2. Funções e responsabilidades de gestão.....	27
6. Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR).....	28
6.1. Descrição do Mecanismo de Atendimento a Reclamações - MAR	29
6.2. Monitoramento.....	30
6.3. Mecanismos de Reclamações do Banco Mundial – GRS.....	30
7. Monitoramento e Relatórios.....	31

1. Introdução/Contexto

O Cerrado é um bioma estratégico por questões econômicas e ambientais, bem como de segurança alimentar, constituindo-se como um mosaico floresta-savana localizado no centro do Brasil, sul e leste da região amazônica, cobrindo quase um quarto (2,04 milhões de km²) do país. Estende-se por 10 estados (Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraná, São Paulo) e o Distrito Federal, sendo a maior área de savana arborizada de um único país, detendo reservas significativas de carbono, recursos hídricos e biodiversidade. As florestas de cerrado são importantes devido à quantidade substancial de carbono armazenado em sua biomassa e solos e por sua biodiversidade. Além disso, o bioma é considerado a região de savana com maior biodiversidade do mundo, intitulada inclusive como um *hotspot*, possuindo uma grande diversidade de habitats e espécies entre diferentes fitofisionomias. São contabilizadas 11.627 espécies registradas de plantas nativas, abrigando grande abundância de espécies endêmicas, embora estas estejam atualmente sofrendo com a perda de habitat.¹

O Cerrado também abriga as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônia / Tocantins, São Francisco e Prata), resultando no alto potencial hídrico e rica biodiversidade da região. Por fim, desempenha um papel crítico na manutenção da conectividade entre os biomas, pois faz fronteira com quase todos os outros biomas brasileiros (exceto ecossistemas costeiros e pampas).



Mapa: Limites do bioma Cerrado. Fonte: Plataforma Terrabrasilis / INPE

Em termos de sociodiversidade, o Cerrado possui uma rica diversidade social constituída por diversos grupos culturalmente distintos, sendo local de morada e pertença de uma ampla gama

¹ Fonte: Ministério do Meio Ambiente- <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>

de populações tradicionais, tais como: povos indígenas, quilombolas, outros povos de matriz africana, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, vazanteiros, ciganos, fundo de pasto, pescadores artesanais, andirobeiras, veredeiros, vacarianos, e as mais diversas categorias extrativistas ainda em reconhecimento.

As normas culturais, a organização social e as economias dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do cerrado brasileiro apresentam variações notáveis, mas também compartilham diversas características fundamentais e experiências de vida. Seus meios de subsistência e sua sobrevivência cultural, social e econômica possuem relação direta com os seguintes atributos: (i) os territórios que ocupam e aos quais estão profundamente ligados por um sentimento de pertença; (ii) os direitos consuetudinários distintos de acesso coletivo à terra e à exploração dos recursos naturais que reforçam as normas tradicionais e os laços de parentesco; e (iii) a exploração dos recursos naturais de acordo com (iv) amplo conhecimento da paisagem local que detêm e transmitem por tradição, e (v) atividades produtivas que são historicamente diversificados, em pequena escala, e impulsionadas por necessidades de subsistência em vez de por interesses acumulativos. Em conjunto, estas características convertem seu modo de vida em uma contribuição para a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental. Conseqüentemente, seus territórios desempenham um papel fundamental na proteção da biodiversidade.

Os povos indígenas do cerrado brasileiro incluem 42 dos 238 grupos étnicos encontrados no Brasil. Esses grupos são responsáveis por uma população de cerca de 140 mil pessoas (16% da população indígena do país), sendo que os idiomas mais comuns são o Karajá, Aruak, Jê e Tupi-Guarani. São grupos guardiões de conhecimentos tradicionais, saberes e práticas dinâmicas capazes de se renovar a cada dia, orientando a sua reprodução social.

Em termos de homologação por parte das instâncias estatais competentes, noventa e cinco terras indígenas já foram identificadas, demarcadas e/ ou regularizadas no bioma. As terras indígenas representam 58% do número total de áreas sob alguma forma de proteção no Cerrado. Neste bioma, elas são muito menores em tamanho, têm maiores densidades populacionais e apresentam uma maior dependência da agricultura do que as terras indígenas na Amazônia. Estas terras indígenas cobrem uma área total de cerca de 12,3 milhões de hectares ou 4,3 por cento da área do bioma. As maiores terras indígenas localizam-se nos Estados de Mato Grosso e Tocantins; as menores localizam-se nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e encontram-se mais próximas dos centros urbanos.

O bioma Cerrado também abriga 44 territórios quilombolas e dezenas de outros povos e comunidades tradicionais (geraizeiros, vazanteiros, chapadeiros, fundo e fecho de pasto, entre outros). Estima-se que os territórios quilombolas contenham 5.519 km² (0,27%) do bioma.

2. Descrição do Projeto

O Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 2 dá continuidade ao Projeto DGM/FIP Brasil Fase 1. Ambos são partes integrantes do Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Locais (DGM-GLOBAL) do Programa de Investimentos Florestais (FIP) e seguem suas diretrizes e áreas temáticas.

2.1 Programa de Investimentos Florestais (FIP) e Programa Brasileiro de Investimentos Florestais (BIP)

O **Programa de Investimentos Florestais (FIP)** apoia numerosos esforços dos países em desenvolvimento de combate às causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal e de superação das barreiras que frustraram os esforços anteriores em busca deste objetivo. O FIP financia investimentos nos setores público e privado voltados para a redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação das florestas, a melhoria do manejo florestal e o aumento dos estoques de carbono, com os quais gera benefícios nas áreas de conservação da biodiversidade, redução de pobreza e melhoria dos meios de sustento da população.

O Plano de Investimentos do Brasil (BIP) busca a promoção do uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no bioma Cerrado, contribuindo para a redução da pressão sobre as florestas remanescentes, diminuição das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e aumento do sequestro de CO₂. O BIP articula ações de três ministérios (Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) com foco na construção de sinergias que potencializam os impactos de um conjunto de políticas setoriais voltadas à redução do desmatamento mediante (1) aprimoramento da gestão ambiental em áreas já antropizadas e (2) geração e disponibilização de informações ambientais na escala do bioma. O BIP incluiu duas áreas temáticas e quatro projetos, além de duas janelas especiais, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Plano de Investimentos do Brasil (BIP)

Plano de Investimentos do Brasil (BIP)	
Tema 1: Gestão e Manejo de Áreas já Antropizadas	Projeto 1: Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (com base no Cadastro Ambiental Rural) – Agência Executora: Ministério do Meio Ambiente (MMA)
	Projeto 2: Produção Sustentável em Áreas já Convertidas para Uso Agropecuário – Agência Executora: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Tema 2: Geração e Gestão de Informações Florestais	Projeto 3: Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado – Agência Executora: Instituto Florestal Brasileiro (IFB)

	Projeto 4: Implementação de um Sistema de Alerta para Prevenção de Incêndios Florestais e de Um Sistema de Monitoramento da Cobertura Vegetal – Agência Executora: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Janelas Especiais	Mecanismo de Doação Dedicado aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – Projeto DGM Brasil Fase 1 – Agência Executora: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM)
	Concessão de Fundos Privados

2.2 DGM-Global

O **Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Locais (DGM)** é uma iniciativa global que apoia a participação plena e eficaz de povos indígenas e comunidades locais do esforço internacional na redução das emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação florestal, bem como na promoção do manejo florestal sustentável e os estoques de carbono florestal (REDD+). Estabelecido no ano de 2010 como uma janela especial sob o Programa de Investimento Florestal do CIF (Fundo de Investimento Climático) e implementado pelo Banco Mundial, o DGM aplicou 80 milhões de dólares diretamente nas mãos das pessoas que, simultaneamente, dependem das florestas e as protegem.

Consistindo em 13 projetos nacionais e um projeto global de intercâmbio de conhecimento e aprendizagem, o DGM apoia, compartilha e eleva as práticas sustentáveis de uso da floresta lideradas por povos indígenas e comunidades locais à arena da política nacional e global. O DGM promove a colaboração com os planejadores de investimento do FIP no governo, bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e outras partes interessadas com o intuito de gerar melhorias no diálogo, criando confiança e facilitando esforços mais amplos relacionados ao manejo florestal sustentável.

Mais do que o tamanho de seu financiamento, o DGM é, na verdade, o único desta natureza, pois foi concebido por povos indígenas e comunidades locais, os quais lideram a governança do programa em todos os níveis. Esses grupos são líderes e beneficiários das atividades do DGM, garantindo que o apoio do programa seja guiado pela demanda e alinhado aos interesses locais para gerar a mudança a partir do zero.

O Banco Mundial é o BMD executor do programa global do DGM, e nessa função dirige todos os aspectos administrativos e gerenciais do programa global, cabendo a organizações e Agências Executoras Nacionais (AEN's) específicas a execução do DGM no nível mundial e nacional. O Banco Mundial é, também, o BMD executor do DGM BRASIL e, por conseguinte, este projeto está submetido às suas normas ambientais e sociais.

O projeto DGM/FIP/Brasil faz parte do programa DGM Global. Este tem como objetivos aumentar a capacidade e apoiar iniciativas específicas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (PICL's) nos países do Programa-Piloto de Investimento Florestal (FIP), a fim de

fortalecer a sua participação no FIP e em outros processos de Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD+) nos níveis local, nacional e mundial. Para alcançar esse objetivo, o DGM Global conta com **dois componentes**.

Componente 1: *Projetos Nacionais*. O Componente dos países selecionados foi desenhado para apoiar (i) a concessão de doações a organizações de PICL's para investimentos por eles escolhidos e por meio de processos competitivos, estas doações sendo destinadas aos investimentos contemplados no marco geral do DGM; e (ii) atividades de capacitação destinadas às organizações de PICL's. No primeiro subcomponente do País, são elegíveis a financiamento as atividades que se enquadram nas duas grandes áreas temáticas listadas abaixo. Entretanto, vale dizer que esta relação de atividades é apenas ilustrativa e que o Manual de Operações do DGM (MOP) para cada país pode conter atividades adicionais mais adequadas à situação do respectivo país.

Componente 2: *Atividades Globais*. Este componente tem como finalidade organizar e facilitar o intercâmbio de conhecimentos e a aprendizagem e capacitação em temas do REDD+ e de mudanças do clima em nível regional e global, bem como fortalecer as redes e alianças de organizações de PICL's intra e inter-regionais com vistas a melhorar sua representação e participação nos fóruns regionais e globais de políticas públicas.

2.3 DGM/FIP/Brasil – Fase 1

O DGM/FIP/Brasil Fase 1 está sendo implementado desde 2014 e encerra-se em janeiro de 2022. O projeto foi elaborado e implementado para apoiar Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais localizadas no bioma Cerrado. O Projeto DGM/FIP/Brasil contribuiu para a consecução dos objetivos do BIP na medida em que, através do uso de abordagens altamente participativas, fortaleceu as capacidades de grupos social e culturalmente distintos do cerrado em seus esforços para lidar com fatores-chave do desmatamento e da degradação e financiou iniciativas comunitárias de manejo e uso sustentável dos recursos florestais, naturais e da biodiversidade em territórios indígenas e tradicionais, que representam pelo menos 4,6% da área do bioma e ainda são caracterizados por altas taxas de sua cobertura vegetal original (80% nas terras indígenas).



Mapa de atuação do DGM Brasil. Fonte: site DGM Brasil

Os objetivos Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 1 alinhavam-se simultaneamente com os objetivos estabelecidos pelo DGM Global e pelo BIP. O DGM/FIP/Brasil Fase 1 contribuiu para:

- (i) Fortalecer as capacidades dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais existentes no bioma cerrado, para que possam participar de forma mais eficaz no FIP, em outros processos de REDD+ e em programas voltados à mitigação e/ou adaptação às mudanças do clima em nível local, nacional e global; bem como a capacidade das organizações que os representam no planejamento e implementação de atividades de manejo sustentável das florestas, recursos naturais e biodiversidade, de etnodesenvolvimento e de adaptação às mudanças do clima; e,
- (ii) Reduzir as pressões para o desmatamento e a degradação florestal e ambiental de territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, comunidades quilombolas

e comunidades tradicionais, que ameaçam seus meios de subsistência e a sobrevivência cultural, levando à melhoria de suas condições de vida através do apoio ao uso sustentável da terra e ao manejo sustentável dos recursos florestais, naturais e da biodiversidade em seus territórios.

Estes objetivos foram perseguidos através da estratégia altamente participativa do Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 1 para o empoderamento dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, programas de capacitação para as organizações que os representam e a implementação de atividades comunitárias para a escolha dos seus beneficiários. Suas atividades abrangeram duas grandes áreas temáticas que estão em plena consonância com os objetivos do DGM: (i) a promoção das atividades econômicas e de subsistência rurais que aumentassem a sua capacidade de mitigação e adaptação às mudanças do clima e que fossem consistentes com os valores dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; e (ii) investimentos em manejo sustentável de paisagens florestais e recursos naturais que contribuíssem para a proteção de recursos florestais e hídricos e para a manutenção estoques elevados de carbono e na conservação da biodiversidade.

O DGM/FIP/Brasil Fase 1 abrangeu três componentes, descritos sumariamente a seguir.

- Componente 1: Iniciativas Comunitárias Sustentáveis e Adaptativas.
- Componente 2: Capacitação e Fortalecimento Institucional.
- Componente 3: Gestão de Projetos, Acompanhamento e Avaliação.

Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Cerrado também se beneficiaram das atividades do componente global sobre a partilha de conhecimento e networking em REDD+. E, em resposta à pandemia da Covid-19, o Projeto DGM Brasil Fase 1 foi reestruturado de modo a incorporar ações de apoio emergencial – “Rede Solidariedade” – às comunidades beneficiadas com subprojetos comunitários.

No Quadro 3 são apresentados – de forma sucinta – os resultados alcançados pelo DGM/FIP/Brasil Fase 1.

Quadro 3 – Resultados Alcançados pelo DGM Brasil Fase – Até Outubro 2021

AÇÕES EXECUTADAS (Principais Produtos/Quantitativo)	Valor USD
1. Componente: Iniciativas Comunitárias Sustentáveis e Adaptativas.	3,601,962.00
1.A. Subcomponente - Subprojetos Comunitários	2,378,798.16
Produto: <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de 64 subprojetos, sendo 60 de iniciativas comunitárias, sendo 3 de Respostas a Ameaças Imediatas (RAIS); 11 Projetos Orientados ao Mercado (POM); 46 de Gestão de Recursos Naturais (GRN) e 4 de Apoio a Redes. 	
1.B. Subcomponente- Treinamento e Acompanhamento Técnico	1,062,896.09
Produto: <ul style="list-style-type: none"> • Realizadas capacitações de divulgação do edital 1 • Realizadas 62 visitas técnicas de checagem das Mis e para aplicação das Salvaguardas Sociais e Ambientais. Elaboração do Marco Zero do subprojetos • Realizadas 33 visitas de checagem final virtuais. • Realizadas 93 visitas técnicas de monitoramento e acompanhamento dos subprojetos • Contratação de engenheiro civil, para acompanhamento de obras em 13 subprojetos; • Contratação de bióloga, para resolução das licenças ambientais junto a 14 subprojetos. 	
1.C. Subcomponente – Assistência/Apoio Emergencial	160,267,75
Produto: <ul style="list-style-type: none"> • Concessão de suporte financeiro e insumos para enfrentamento da COVID-19 e custos operacionais junto a 59 organizações e 2786 famílias. 	
AÇÕES EXECUTADAS (Principais Produtos/Quantitativo)	Valor USD
2. Componente: Capacitação e Fortalecimento Institucional	699,952.23
Produto: <ul style="list-style-type: none"> • Realizados 5 Seminários Temáticos • Realizados 5 Intercâmbios • Apoiados 7 eventos de interesse do DGM Brasil • Realizados 22 cursos de capacitação no âmbito do Plano de Capacitação 2018-2020 • Produção de 01 vídeo sobre REDD+; 02 Vídeos curtos institucional; 01 vídeo musical). • Realizados 21 eventos de Articulação e Incidência, tais como: Intercâmbio CGN TI Xakriabá/2016; Seminário MATOPIBA-Rede Cerrado/2016; Intercâmbio Regional Latino Americano do DGM-Brasil, Peru e México/2017/2018/2019; Participação no V e VI Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais – 2017 e 2019; Encontro Povos Cerrado/2019; Participação nos eventos Acampamento Terra Livre 2017/2018/2019/2020/2021; Participação em reuniões da Câmara Consultiva Temática-CONARED/2016-2018; Participação na Câmara Temática de Mudanças Climáticas PNGATI-2017; IV ENA/2018; Seminário APOINME-Convenção 169 OIT/2019. 	
3. Componente: Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação	1,054,044.39
Produto: <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões do CGN - realizadas 28 reuniões • Equipe Chave - realizadas 114 reuniões técnicas, metodológicas de avaliação e planejamento • Elaborados e enviados 22 Relatórios Técnicos, Fiduciários e de Salvaguardas • Participação em 22 eventos nacionais e internacionais • Participação de equipe chave em 6 eventos de capacitação • Resolução de 100% das queixas recebidas • Realizadas 5 auditorias do Projeto • Participação na COP 22/2016; COP 24/2018 e COP 25/2019. • Participação em reuniões da Agência Executora Global 2016/2017/2018 • Participação em reuniões do Comitê Gestor Global 2015/2016/2017/2018/2019/2020 	

Comunidades Beneficiadas no Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 1						
Comunidades /Grupos	Famílias	Jovens	Anciões	Mulheres Adultas	Homens Adultos	Total
Comunidades Indígenas (55,70%)	4.502	5.998	1.804	5.647 (48,81%)	5.922 (51,19%)	19.371
Comunidades Quilombolas (25,44%)	2.182	2.718	635	2.912 (52,98%)	2.584 (47,02%)	8.849
Comunidades Tradicionais (18,86%)	2.461	1.209	887	2.482 (55,60%)	1.982 (44,40%)	6.560
Todas as Comunidades	9.145	9.925	3.326	11.041 (51,28%)	10.488 (48,72%)	34.780

2.4 DGM/FIP/Brasil Fase 2

O DGM/FIP/Brasil Fase 2 pretende dar continuidade às ações do Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 1 e sua implementação está prevista para ser iniciada em 2022. Os beneficiários diretos do projeto são povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e suas organizações representativas no bioma cerrado brasileiro.

Na Fase 2, o DGM/FIP/Brasil utilizará os mesmos arranjos institucionais de implementação e está preliminarmente organizado em três componentes:

Componente 1: Subprojetos comunitários (orçamento estimado de US\$ 550.000). Sob este componente, assistência técnica e subdoações serão fornecidas para implementar subprojetos propostos por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e selecionados pelo Comitê Gestor Nacional do DGM/FIP/Brasil (CGN) com foco em:

- a) Apoio a meios de subsistência sustentáveis que visam garantir a conservação dos recursos naturais ao mesmo tempo em que geram renda e aumentam a segurança alimentar e o bem-estar. Assim, a Fase 2 do DGM/FIP/Brasil irá: (i) fomentar a proteção de florestas nativas por meio do fortalecimento das redes existentes para troca de sementes crioulas e mudas de árvores nativas no cerrado; (ii) promover a implementação de hortas agroecológicas e sistemas agroflorestais; e (iii) aumentar a participação das comunidades beneficiárias na cadeia de produção da biodiversidade.
- b) Apoio a ações de adaptação às mudanças climáticas, por meio da gestão dos recursos hídricos (proteção de nascentes e córregos), da restauração de áreas degradadas e do fomento ao uso de fontes de energia limpa nas comunidades beneficiárias.

O componente também alocará recursos para a prestação de assistência técnica em apoio aos subprojetos comunitários selecionados. A assistência técnica poderá ser prestada pela AEN com capacidade interna ou por organizações sociais ou empresas privadas localizadas mais próximas das comunidades beneficiárias.

Será dada prioridade aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e organizações que manifestaram interesse na chamada de propostas do DGM/FIP/Brasil Fase 1 e não receberam o apoio devido à escassez de recursos. Focar nesses proponentes iniciais irá acelerar a implementação do projeto. Também será dada prioridade a propostas que promovam a participação feminina.

Componente 2: Capacitação, Rede e Intercâmbio de Conhecimento (orçamento estimado de US\$ 230.000). Sob este componente, o DGM/FIP/Brasil Fase 2 apoiará:

- a) Reuniões trimestrais do CGN - cuja composição poderá ser renovada - para planejar e supervisionar a implementação das atividades do projeto.
- b) Dois eventos de capacitação para melhorar as habilidades gerenciais e o acesso das comunidades beneficiárias à cadeia de produtos da biodiversidade.
- c) Seis eventos de capacitação para troca de conhecimentos sobre mudança climática, gestão sustentável de recursos naturais e outros tópicos relevantes.
- d) O desenvolvimento e operacionalização de uma plataforma digital de compartilhamento de conhecimento para permitir que as experiências e lições aprendidas por essas organizações beneficiárias cheguem a outros povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que não se beneficiaram com o projeto e, assim, ampliar seus resultados.

Componente 3: Gestão, Comunicação, Monitoramento e Avaliação do Projeto (orçamento estimado de US\$ 120.000). No âmbito deste componente, o projeto apoiará: (a) a gestão administrativa e fiduciária da doação, incluindo a coordenação técnica dos Componentes 1 e 2; (b) a implementação dos instrumentos de gestão de risco ambiental e social de acordo com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial; e (c) a plataforma de comunicação do projeto.

3. Identificação e Análise das Partes Interessadas

As partes interessadas do projeto são definidas como indivíduos, grupos ou outras entidades que:

- (i) são ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo Projeto (também referidas como 'partes afetadas'); e
- (ii) podem ter interesse no Projeto ('partes interessadas'). Incluem indivíduos ou grupos, cujos interesses podem ser afetados pelo Projeto e que têm o potencial de influenciar os desfechos do Projeto de alguma forma.

A cooperação e a negociação com as partes interessadas ao longo do desenvolvimento do Projeto muitas vezes também exigem a identificação de pessoas dentro dos grupos que atuam como seus representantes legítimos, ou seja, os indivíduos que foram incumbidos por seus pares membros do grupo em defender os interesses dos grupos no processo de engajamento político

com o Projeto. Os representantes da comunidade podem fornecer informações úteis sobre as configurações locais e atuar como importantes canais de disseminação das informações relacionadas ao Projeto e como um elo primário entre o mesmo e as comunidades-alvo e suas redes estabelecidas.

A identificação dos representantes das partes interessadas continua sendo uma tarefa importante no estabelecimento de contato com os comunitários. A legitimidade dos representantes dos diferentes grupos sociais pode ser verificada por meio de conversas informais com uma amostra aleatória de seus membros, ao considerar suas opiniões sobre quem pode representar seus interesses da maneira mais eficaz. Com os encontros comunitários limitados ou proibidos pela covid-19, isso pode significar que a identificação das partes interessadas será em uma base muito mais individual, exigindo diferentes meios de comunicação para alcançar os indivíduos afetados.

3.1 Metodologia

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projeto cumprirá com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, e aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas, conforme a NAS 10 em particular:

- *Abertura e abordagem do ciclo do projeto*: o processo continuado de diálogo que pode incluir consultas públicas para o(s) subprojeto(s) que serão organizadas durante todo o ciclo do projeto, realizadas de maneira aberta para as partes afetadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- *Participação informada e feedback*: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; haverá oportunidades para o *feedback* das partes afetadas, para a análise e a abordagem dos comentários e preocupações;
- *Inclusão e sensibilidade*: a identificação das partes interessadas é realizada a fim de respaldar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos projetos é inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, são incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pertencem a grupos vulneráveis, que demandam atenção especial.

- *Flexibilidade:* se o distanciamento social inibe as formas tradicionais de engajamento, a metodologia deve adaptar-se a outras formas de engajamento, inclusive por meio das várias formas de comunicação via Internet.

Para fins de engajamento efetivo e personalizado, as partes interessadas do(s) projeto(s) proposto(s) podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e instituições que:

- Participam na implementação e coordenação do projeto (P);
- Influenciam diretamente a implementação do projeto (ID);
- Influenciam indiretamente a implementação do projeto (II);
- Diretamente afetados pelos resultados do projeto (DA);
- Indiretamente afetados pelos resultados do projeto (IA).

Versão para Consulta

3.2. Partes interessadas

Parte Interessada	Atuação no projeto	Interesse e tipo de influência no projeto*			Efeito do projeto na Parte Interessada
<p>Equipe de coordenação do projeto (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM, Banco Mundial, Comitê Gestor Nacional)</p>	<p>Elaboração, implementação, gestão e monitoramento do projeto como um todo. Cada uma das instituições tem um papel distinto, mas o objetivo geral é garantir a boa execução do projeto e o alcance das metas e resultados de impacto.</p>	P			<p>Contribuir para fortalecer as capacidades de grupos sociais e culturalmente distintos do Cerrado em seus esforços para lidar com fatores-chave do desmatamento e da degradação florestal, além de contribuir na promoção de iniciativas comunitárias de manejo e uso sustentável dos recursos florestais, naturais e da biodiversidade em territórios indígenas e tradicionais.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Embrapa, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Economia, da Justiça (por meio da Fundação Nacional do Índio), Ministério das Relações Exteriores, IPHAN</p>	<p>Coordenaram o plano de envolvimento e consulta a partes interessadas na preparação do Plano de Investimento para o FIP no Brasil. Auxiliam na definição das linhas estratégicas do projeto em alinhamento com as políticas dos órgãos. Sobretudo para a questão indígena a articulação com a FUNAI é fundamental. O investimento ou compensação provenientes de fundos internacionais envolve o Ministério das Relações Exteriores e alguns desses órgãos também impactam o resultados pós implementação, como é o caso do MAPA na certificação orgânica, entre tantas outras situações específicas que possam acontecer.</p>		II		<p>Contribuir na implementação das políticas e programas dos órgãos. Subsídios para tomada de decisão.</p>
<p>Institutos Federais, Emater, ONGs, Centros de Pesquisa, Academia</p>					

Associações e representações indígenas, quilombolas, de outras comunidades tradicionais e outras partes interessadas que trabalham com temas similares.	Auxiliam em algumas ações do projeto com aportes técnicos.		II	IA	Receber apoio difuso para ações que possuem relação com projeto. Prestação de serviços.
Comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas que terão subprojetos apoiados pelo DGM Brasil.	São beneficiários diretos das ações do projeto. São envolvidos em processos participativos na execução das atividades.			DA	Receber apoio por meio das ações dos subprojeto que serão executadas em seus territórios, o que inclui capacitação e suporte técnico.
População geral que vive em torno das regiões atendidas.	São beneficiários indiretos do projeto.			IA	Usufruir dos benefícios gerados ao meio ambiente, à valorização de produtos locais e de processos de produção sustentáveis.
Empreendimentos voltados para produtos sustentáveis, produção rural e para produtos da sociobiodiversidade do Cerrado.	Auxiliam na potencialização de ações do projeto voltadas para as cadeias produtivas.			IA	Receber insumos para as cadeias produtivas em condições que possam melhorar os negócios.

Legenda:

P= Participam na implementação e coordenação do projeto.

ID= Influenciam diretamente a implementação do projeto.

II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto.

DA= Diretamente afetados pelos resultados do projeto.

IA= Indiretamente afetados pelos resultados do projeto.

3.3. Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais já são grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Porém, considerando que a vulnerabilidade pode resultar da origem, sexo, idade, condição de saúde, deficiência econômica e insegurança financeira da pessoa, situação de desvantagem na comunidade, dependência de outros indivíduos ou recursos naturais, entre outros, o Projeto faz um recorte de gênero a partir dos grupos diretamente afetados pelo projeto.

Entre os povos indígenas do cerrado, há grupos em que as diferenças de gênero são enfatizadas (como entre os Karajá e Javaé) e grupos em que estas são menos relevantes. As questões de gênero são frequentemente expressas pela associação de homens e de mulheres a tarefas exclusivas ou domínios socioculturais especiais. A organização tradicional das suas economias mostra algum grau de divisão do trabalho com base nas funções atribuídas de acordo com crenças relacionadas a papéis sexuais.

Entre as características comuns desses povos, está a adoção de um sistema produtivo em que a divisão técnica e a divisão social do trabalho são reduzidas, mas a divisão do trabalho de acordo com os papéis de gênero é relevante, havendo uma estreita associação entre mulheres e tarefas domésticas e reprodutivas, e predominando a noção do trabalho das mulheres na agricultura e outras atividades essencialmente como "ajuda", que subestima as contribuições das mulheres, mesmo quando elas tomam parte ativa nos processos da produção e da conservação da agrobiodiversidade.

Sendo assim, a seleção de subprojetos a serem implementados dará prioridade a propostas que promovam a participação feminina.

4. Programa de Engajamento de Partes Interessadas

4.1. Antecedentes

O DGM/FIP/Brasil Fase 1 foi preparado como uma parceria conjunta com os principais interessados, ou seja: os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do cerrado. As principais características do DGM/FIP/Brasil Fase 1 – (i) a abordagem baseada no aperfeiçoamento das demandas comunitárias pelo trabalho de assistência técnica e extensão rural de forma a garantir a sustentabilidade das estratégias de resposta às vulnerabilidades socioeconômicas, de gestão dos recursos florestais e naturais, de diversificação dos modos de sobrevivência e de adaptação a curto e a médio-prazo às mudanças climáticas, (ii) o escopo das atividades elegíveis; (iii) os requisitos para qualificação das organizações proponentes; (iv) o volume das doações comunitárias; (v) as temáticas de capacitação; (vi) a composição do CGN; (vii) os critérios para a seleção da AEN; e, (viii) os mecanismos para exercício do controle social,

monitoramento e avaliação das atividades – foram debatidas e aprovadas por representantes automeados dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do cerrado.

Três oficinas regionais foram realizadas com ampla participação de homens e mulheres de diferentes etnias indígenas e comunidades tradicionais. No total, o número de participantes das três oficinas regionais alcançou 114 representantes dessas populações. As oficinas ocorreram em Cuiabá (Estado de Mato Grosso, em fevereiro de 2013), Montes Claros (Estado de Minas Gerais, em junho de 2013) e Imperatriz (Estado do Maranhão, em setembro de 2013).

Dois seminários integradores foram realizados. O primeiro ocorreu em Brasília (Distrito Federal), em março de 2014, e congregou um grupo de 21 representantes, que foram indicados em cada uma das oficinas regionais. Neste seminário, procedeu-se à escolha do CGN, à formação de uma Equipe de Trabalho para a seleção da AEN e ratificaram-se o desenho do Projeto, bem como os critérios e procedimentos para a seleção da AEN. O segundo seminário ocorrido contou com a participação dos membros escolhidos para o CGN e possibilitou revisão final do desenho do projeto e do Marco de Gestão Socioambiental (MGSA).

Ao longo do processo, dois fóruns nacionais representativos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – a Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) – também foram informados sobre o DGM Brasil.

O edital para inscrição de propostas do DGM/FIP/Brasil Fase 1 foi amplamente divulgado, por meio de peças gráficas impressas, site, mídias sociais e assessoria de imprensa, além da divulgação em diversos espaços e reuniões de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

A seleção das propostas foi realizada em três etapas: qualificação, pré-seleção e seleção final. Àquelas que atendiam os critérios de qualificação e que atingiram ponto de corte foram apresentadas ao CGN, responsável pela pré-seleção. As propostas pré-selecionadas foram visitadas para aplicação das salvaguardas sociais e ambientais, discussão dos ajustes necessários e também aplicação da marca zero para as famílias beneficiárias.

Para implementação dos subprojetos do DGM/FIP/Brasil Fase 1, todos os coordenadores participaram das capacitações. Foram realizadas oficinas de gestão de projetos, com a participação de representantes do CGN, de acordo com a distribuição regional dos subprojetos. As avaliações realizadas pelos participantes indicaram que houve um bom aproveitamento do conteúdo, já que 51,5% dos participantes disseram ter compreendido tudo e os 48,5% quase tudo. Ocorreram também as oficinas de treinamento para uso do Sistema de Gestão do CAA/NM (SIGCAA), ferramenta online de gestão de projetos da AEN, com a qual todos os 64 subprojetos do DGM/FIP/Brasil foram gerenciados.

Na fase de implementação do DGM/FIP/Brasil Fase 1, os canais de comunicação foram aprimorados, estabelecendo uma comunicação ágil e direta com as partes afetadas. Além do apoio dos pontos focais, das visitas presenciais e das redes sociais, há grande participação das comunidades nos grupos de whatsapp, que se tornou principal meio de comunicação, por ser de fácil acesso e não exigir formalidade e burocracia.

A partir de 2020, devido à pandemia da covid-19, muitas atividades aconteceram em formato *online*. O apoio técnico direto aos subprojetos aumentou, para que o acesso virtual não fosse impedimento à ampla participação das comunidades. Foram aplicados formulários eletrônicos para acompanhamento e *feedback*, que tiveram boa adesão, com excelente retorno para avaliação e organização de novos processos de trabalho que atendam melhor o que deve ser melhorado e aperfeiçoado.

Neste período, a comunicação produziu material informativo sobre prevenção à Covid-19 em comunidades relativamente isoladas e sobre a importância de adesão à campanha nacional de vacinação. Esse material foi amplamente divulgado no site, redes sociais e *WhatsApp*.

4.2. Resumo do envolvimento das partes interessadas feito durante a preparação do projeto

A presente versão para consulta do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) será divulgada através da página eletrônica do Projeto DGM Brasil (<https://dgmbrasil.org.br/>) mantido no sítio eletrônico do CAA-NM (AEN).

Esta versão para consulta do PEPI será encaminhada ao CGN, apresentada e discutida em reunião do mesmo.

Como parte do evento de avaliação final do DGM/FIP/Brasil Fase 1 – que envolverá três oficinas regionais virtuais (em virtude das medidas de distanciamento social impostas para o enfrentamento da Covid-19) com representantes dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do bioma cerrado e de suas entidades representativas – serão organizadas sessões para apresentação do MGSA e do PEPI do DGM Brasil Fase 2.

Após estas sessões, os documentos permanecerão disponíveis no sítio eletrônico do DGM, por para garantir o recebimento de *feedbacks*, que poderão ser enviados via e-mail e *WhatsApp*, por escrito, por meio de vídeo e/ou por meio de áudio. Os *feedbacks* serão unificados em um instrumento para melhor organização e acompanhamento.

4.3. Resumo das necessidades e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas

O Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) do Projeto se sustenta sobre três pilares:

- Transparência e divulgação de informações relevantes às partes interessadas;
- Participação social através de canais acessíveis de interlocução com as partes interessadas – com especial atenção aos indivíduos e grupos em situação de maior vulnerabilidade social – e com a população em geral e da incorporação crítica do *feedback* dos beneficiários do Projeto (e da sociedade como um todo) à execução das atividades apoiadas pelo Projeto
- Resposta e resolução de queixas relacionadas às atividades do Projeto de forma tempestiva e eficiente.

A comunicação e ampla participação das partes interessadas é um dos legados da Fase 1 do DGM/FIP/Brasil. O projeto encontrou diferentes formas e meios eficientes para cumprir os pilares citados acima. Sendo assim, o presente Plano de Engajamento das Partes Interessadas é construído a partir de processos já existentes.

As atividades previstas no Plano de Engajamento das Partes interessadas estão incluídas nos Componentes 2 e 3 do projeto, pois preveem orçamento para capacitação, rede e intercâmbio de conhecimento, além de gestão, comunicação, monitoramento e avaliação do Projeto. A Fase 2 também contará com uma equipe específica para gerenciar o setor de comunicação.

Estão previstas, nesses componentes:

- Reuniões trimestrais do CGN;
- Dois eventos de capacitação para melhorar as habilidades gerenciais e o acesso das comunidades beneficiárias à cadeia de produtos da biodiversidade;
- Seis eventos de capacitação para troca de conhecimentos sobre mudança climática, gestão sustentável de recursos naturais e outros tópicos relevantes.
- O desenvolvimento e operacionalização de uma plataforma digital de compartilhamento de conhecimento para permitir que as experiências e lições aprendidas por essas organizações de beneficiárias cheguem a outros povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais que não se beneficiaram com o projeto e, assim, ampliar seus resultados.
- Gestão da plataforma de comunicação e divulgação ampla das atividades do projeto.

Parte Interessada	Engajamento durante a	Ações específicas para grupos vulneráveis
-------------------	-----------------------	---

	implementação do projeto	
Equipe de coordenação do projeto (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM, Banco Mundial, Comitê Gestor Nancional)	Reuniões periódicas bilaterais entre as partes; reuniões extraordinárias; reuniões do Comitê Gestor; missões de supervisão.	A seleção de subprojetos a serem implementados dará prioridade a propostas que promovam a participação feminina.
Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Fazenda, da Justiça (por meio da Fundação Nacional do Índio) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	Atendimento a solicitações e esclarecimentos específicos que podem ser necessários ao longo da execução do projeto. Suporte a ações do projeto.	Atender as demandas dos subprojetos considerando as especificidades dos grupos beneficiados.
ONGs, Centros de Pesquisa, Academia	Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em capacitações, seminários, eventos.	Fomentar envolvimento de entidades que desenvolvam trabalho com grupos menos favorecidos (comunidades tradicionais, povos originários, mulheres, jovens, etc.)
Associações e representações indígenas e outras partes interessadas que trabalham com temas similares.	Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em capacitações, seminários, eventos.	Fomentar envolvimento de entidades que desenvolvam trabalho com grupos menos favorecidos (comunidades tradicionais, povos originários, mulheres, jovens, etc.)
Comunidades tradicionais e indígenas que terão subprojetos apoiados pelo DGM Brasil.	Participação em reuniões, em capacitações, em atividades diretas dos subprojetos, em processos de compra etc.	Fomentar a atuação das comunidades nas atividades de planejamento e execução das ações do projeto respeitando seu modo de vida tradicional. Fomentar ações em cadeias produtivas que envolvam o trabalho de jovens e mulheres. Facilitar o acesso das comunidades a meios virtuais e realizar o suporte necessário para utilização desses meios enquanto as atividades forem realizadas à distância e houver restrições para a realização de atividades presenciais.
População geral que vive em torno das regiões atendidas.	Reporte de informações relevantes quando solicitado.	NA
Empreendimentos voltados para produtos sustentáveis, produção rural e em produtos da sociobiodiversidade do Cerrado.	Venda de produtos, participação em licitações, fornecimento de orçamentos.	NA

PROCESSOS DE ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS DURANTE A PANDEMIA

Com a evolução da pandemia e em virtude das medidas de restrição à realização de reuniões públicas, torna-se necessária a adoção de uma abordagem de precaução que será adotada no processo de envolvimento com as partes interessadas para prevenir infecção e/ou contágio, dada a natureza altamente infecciosa da COVID-19. A seguir estão algumas considerações para a seleção de canais de comunicação, à luz da situação atual da COVID-19:

- Evitar reuniões públicas (levando em consideração as restrições ou recomendações nacionais), como audiências públicas, oficinas e reuniões comunitárias;
- Se reuniões menores forem permitidas/sugeridas, conduzi-las através de sessões com grupos pequenos, como reuniões de grupos focais. Sempre aplicando os protocolos de prevenção da doença. Se não forem permitidas ou recomendadas, procure-se conduzir as reuniões por meio de canais online;
- Diversificar os meios de comunicação e contar mais com pontos focais, as mídias sociais e canais online. Sempre que possível e apropriado, criar plataformas online dedicadas e grupos de bate-papo apropriados para o propósito, com base no tipo e na categoria das partes interessadas;
- Empregar canais tradicionais de comunicação (TV, jornal, rádio, linhas telefônicas exclusivas e correio) quando as partes interessadas não tiverem acesso aos canais online ou não os usarem com frequência. Os canais tradicionais também podem ser altamente eficazes na transmissão de informações relevantes às partes interessadas e permitir que forneçam feedback e sugestões;
- Quando o envolvimento direto com as pessoas ou beneficiários afetados pelo projeto for necessário, identificar canais para comunicação direta com cada família afetada por meio de uma combinação específica de contexto de mensagens de e-mail, correio, plataformas online, linhas telefônicas exclusivas com operadores experientes;
- Todos os materiais de comunicação e canais de engajamento propostos devem especificar claramente como o feedback, as dúvidas e as sugestões podem ser fornecidos pelas partes interessadas.

4.4. Estratégia proposta para divulgação de informações

Em continuidade ao processo já iniciado na Fase 1, durante Fase 2 do Projeto DGM/FIP/Brasil o engajamento das partes interessadas vai ocorrer desde a fase de elaboração do projeto até sua implementação. Neste novo momento, esforços serão empregados para a divulgação de materiais já existentes, que precisam ter sua divulgação realizada ou otimizada. Como existe a prioridade para atender propostas de subprojetos que não foram atendidos durante a Fase 1, que por falta de recursos e/ou critérios técnicos não tiveram todo o suporte necessário, esse formato de continuidade é viável, reduz custos e valoriza materiais que já foram produzidos.

Resumo das Estratégias de Divulgação		
Estratégia de divulgação	Canais/Acesso	Objetivo
Listas de transmissão	Grupos de WhatsApp	Divulgação de matérias das redes sociais e site para os subprojetos e outras partes interessadas.
Site	www.dgm.org.br	<p>Divulgação dos documentos, informações gerais sobre o projeto, sobre os subprojetos e notícias relevantes.</p> <p>Monitoramento do comportamento dos vis ites do site, termos mais pesquisados e que estão relacionados ao DGM, informações sobre público-alvo, localidade e comportamento em relação à navegabilidade, através do Google Analytics.</p> <p>Criação de matérias exclusivas para o site, com temas de interesse e de acordo com análise.</p> <p>Ação a longo prazo; analisar a possibilidade de usar o Google AdWords para impulsionar visitas ao site através de me ar ro de resultados de busca paga.</p>
Facebook	https://www.facebook.com/caa.caanm/	<p>Postagens diárias sobre assuntos relevantes e interessantes relacionados ao DGM e sobre o andamento dos subprojetos.</p> <p>Fornecer serviço, informação ao público. Ex: matérias relacionadas a preparação para editais.</p>
Instagram	https://www.instagram.com/dgmbrasil/	<p>Postagens diárias sobre assuntos relevantes e interessantes relacionados ao DGM e sobre o andamento dos subprojetos.</p> <p>Fornecer serviço, informação ao público. Ex: matérias relacionadas a preparação para editais.</p>
Vídeos no Youtube	https://www.youtube.com/channel/UCM5rfeVVnMTeW1SldQKfeKA	Divulgar materiais já existentes e que sejam compatíveis com a fase 2. Entre esses materiais, destacam-se depoimentos de beneficiários e vídeos que possam mostrar os resultados do projeto.
Banco de imagens do projeto	Fotógrafo Profissional e participantes das oficinas promovidas pelo DGM	<p>Reunir e organizar as fotos e imagens produzidas ao longo da implementação da fase 1 do DGM Brasil e registrar as novas comunidades beneficiárias.</p> <p>As imagens podem ser utilizadas em qualquer tipo de divulgação.</p>

Os materiais publicitários identificarão os canais para obtenção de mais informações, fazer perguntas e fornecer feedback, bem como apresentarão o Mecanismo de Queixas e seus canais de acesso.

4.5. Plano de Engajamento de Partes Interessadas

Estratégias de Comunicação Direta com as Partes Interessadas		
WhatsApp	38 99140-1251	Comunicação com os pontos focais e monitoramento.
E-mail	dgm@caa.org.br	Comunicação com os pontos focais e com outras partes interessadas.
Telefone	38 3218-7700	Comunicação com os pontos focais e com outras partes interessadas.
Formulário de contato para informações, dúvidas, elogios e sugestões	https://dgmbrasil.org.br/pt-br/contato/	Responder demandas das partes interessadas.
Rede de Comunicadores dos subprojetos	Reuniões por Skype, divididas por territórios.	Auxiliar os comunicadores dos projetos, criando um movimento efetivo de rede.

A CAA possui um Sistema de Gestão (SIGCAA – Sistema de Gestão do CAA-NM), uma ferramenta que visa permitir:

- a gestão físico-financeira da instituição;
- o acompanhamento dos fluxos dos projetos e recursos institucionais;
- acompanhamento das atividades dos colaboradores;
- acompanhamento dos subprojetos;
- acompanhamento de processos de compras;
- lançamento de patrimônio;
- a sistematização de diversos procedimentos manuais.

Cada coordenador de subprojeto recebe *login* e senha para auxiliar o lançamento dos produtos no sistema de gestão institucionalizado para monitoramento e acompanhamento físico financeiro de todos os projetos executados pela AEN.

O SIGCAA foi desenvolvido como uma ferramenta online para facilitação e suporte de atividades dos projetos executados pelo CAA/NM, incluindo o DGM/FIP/Brasil e seus subprojetos, bem como o monitoramento e análise de resultados. A ferramenta está hospedada no site da AEN e inclui um módulo de painel que contém as seguintes informações:

- O desempenho técnico e financeiro e o progresso de cada subprojeto e do DGM como um todo.
- Um módulo de cadastro com data sobre as entidades da comunidade.
- O projeto técnico subdividido em uma estrutura lógica, um plano de trabalho e um módulo de entidade, no qual os subprojetos podem relatar todas as atividades no subprojeto, incluindo uma solicitação sobre a adequação do orçamento. Também no módulo de entidade, há um relatório semestral, que é um resumo da execução física e financeira e uma avaliação do subprojeto, gerada pela própria SIGCAA;
- Um módulo para licitação e aquisição, onde é possível fazer o download de planilhas de orçamento, exibir o relatório completo e baixar relatórios em Word para cada subprojeto suportado.
- Um módulo financeiro, onde é possível solicitar adiantamentos financeiros e realizar prestações de contas conforme regramento específico de cada financiador.

O SIGCAA é um sistema interativo, onde os subprojetos registram todas as atividades realizadas e demonstram como foram desenvolvidas através de mídias visuais (vídeos e/ou fotos), documentos ou planos de texto, além de listas de presença para atividades realizadas. Também foram criadas ferramentas para controle de acesso e segurança do sistema, e desenvolvidos tutoriais em vídeo para as entidades representativas de apoio a subprojetos. O sistema é mantido pela AEN e possui grande capacidade de interação, recebendo atualizações contínuas das organizações beneficiárias e da equipe técnica do DGM Brasil.

O SIGCAA foi oficialmente lançado na rede mundial de computadores no final de março de 2018, e a partir do segundo semestre do mesmo ano, seguindo o Plano de Capacitação 2018-2020, foram realizadas oficinas de treinamento para o uso do sistema de gerenciamento online da AEN,. No período destacado, foram realizadas cinco oficinas, cada uma com duração de 5 dias, sendo que 41 organizações participaram das capacitações. Para as demais 22 instituições, um treinamento foi habilitado para seus representantes, seja visitando suas organizações ou através de atendimento virtual.

O DGM/FIP/Brasil Fase 2 contará com capacitações semelhantes, prevendo adequada utilização da plataforma por todos os subprojetos apoiados.

Painel:

- Painel
- Cadastro
- Projeto técnico
- Entidade
- Relatórios
- Listar as propostas para avaliar
- Listar o ranking das propostas e sua pontuação
- Administração Geral
- Ajuda

ATENÇÃO
Existe o formulário: 2021 - Assistência Técnica para preenchimento

ATENÇÃO
Existe o formulário: 2020 - Formulário de Entendimento e Participação em Ações de REDD+ e Mudanças Climáticas para preenchimento

Você possui 1 mensagens

ATENÇÃO - Registro da atividade 4.1 Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor Nacional não possui nenhum arquivo anexado
Para qualificar melhor o seu registro adicione ao menos uma foto, lista de presença digitalizada ou então o público beneficiado, para mais detalhes, favor acessar o link **4.1 Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor Nacional**

- Altere os resultados das atividades
- Entidade
- Relatórios
- Listar as propostas para avaliar
- Listar o ranking das propostas e sua pontuação
- Administração Geral
- Ajuda

3 - Título do Subprojeto: 100 - Práticas e posturas, atitudes pela soberania alimentar no Xingu

- 2. Problema
- 3. Objetivo geral
- 4. Resultados esperados
- 5. Público beneficiário
- 5.1. Público beneficiário indireto
- 6. Localização e área.

2. Problema e justificativa

- SIGCAA -
- Painel
 - Plano de gestão pessoal
 - Agenda
 - Registro de atividades
 - Prestar Contas
 - Colaboradores
 - Relatórios subprojetos CAA
 - Solicitações
 - Lançamentos financeiros
 - Notificações
 - Relatório de acesso e progresso dos subprojetos do DGM
 - Administração Geral
 - Ajuda

Você possui 1 mensagens

ATENÇÃO - Registro da atividade 4.1 Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor Nacional não possui nenhum arquivo anexado
Para qualificar melhor o seu registro adicione ao menos uma foto, lista de presença digitalizada ou então o público beneficiado, para mais detalhes, favor acessar o link **4.1 Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor Nacional**

- Agendamentos
- Atividades
- Semana
- Notificações
- Solicitação de veículo
- PRESTAR CONTAS**

4.6 . Participação das partes interessadas no processo de monitoramento e avaliação

A proposta metodológica do DGM é participativa desde sua concepção, uma vez que se trata de um Projeto baseado nas demandas orientadas pelas comunidades que visam apoiar os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais por meio de subprojetos e atividades sustentáveis, que é viabilizado por meio de um processo efetivo e contínuo de participação desde o planejamento à implementação.

Assim, os indicadores do Projeto buscam coletar, sistematicamente, os resultados obtidos, que refletem o atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos, especialmente por meio dos seguintes indicadores intermediários:

- Beneficiários de subprojetos comunitários satisfeitos com a assistência técnica fornecida pelo projeto (meta de 80% de beneficiários satisfeitos)
- Participantes satisfeitos com as atividades de capacitação (meta de 80% de participantes satisfeitos)
- Reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatadas (meta de 95% das reclamações e solicitações respondidas)

Estes indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso, incluindo dados desagregados por grupos étnicos (povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais beneficiados por subprojetos comunitários).

Além destes indicadores, que buscam coletar os feedbacks dos beneficiários diretos, outros dois serão monitorados e reportados, quais sejam:

- Informações atualizadas do projeto disponíveis e tornadas públicas através das redes sociais regularmente – reportado semestralmente nos Relatórios de Progresso; e

- Plataforma de compartilhamento de conhecimento desenvolvida e operacional.

Além destes indicadores formais de coleta de feedbacks e monitoramento das ações de engajamento com as partes interessadas, a AEN dedicará esforços de notificação dos subprojetos, convidando-os a fornecerem feedback referentes à implementação, aos resultados e à gestão deles, tanto das ações executadas pelas comunidades, como pelas que são responsabilidade da AEN e do Banco Mundial. Para isso, diferentes estratégias poderão ser utilizadas, tais como uso de formulários eletrônicos, WhatsApp, e-mail e outros meios de comunicação, realização de avaliações durante e após encontros, capacitações, condução de grupos focais e outras metodologias, incluindo o apoio dos pontos focais, para que haja ampla participação nesse processo.

4.7. Apresentação de relatório às partes interessadas

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o Projeto se desenvolve, incluindo informações sobre seu desempenho social e ambiental, a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e a operação do mecanismo de queixas e resultados de feedbacks recebidos.

5. Recursos e responsabilidades para a implementação de atividades de engajamento das partes interessadas

5.1. Recursos

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM, junto ao CGN, serão responsáveis pelas atividades de engajamento das partes interessadas. O orçamento do PEPI será incluído nos componentes 2 e 3 do projeto. Para o componente 2 estão previstos recursos para Capacitação, Rede e Intercâmbio de Conhecimento e para o componente 3 recursos para Gestão, Comunicação, Monitoramento e Avaliação do Projeto.

5.2. Funções e responsabilidades de gestão

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM é a AEN e irá fazer a gestão dos recursos destinados ao Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 2, que apoiará os subprojetos selecionados. A AEN foi selecionada por meio de um processo competitivo apoiado pelo Banco Mundial e realizado pelo CGN Nacional com a assistência do Governo Federal. O CAA/NM é uma organização sem fins lucrativos e não governamental (ONG) que atende aos requisitos fiduciários e de salvaguardas do Banco Mundial.

O CGN é formado por 12 representantes de organizações de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Cerrado e por três representantes governamentais (Ministério do Meio Ambiente; FUNAI; e um representante do FIP/Brasil), cujo papel é traçar as diretrizes de atuação do Projeto. Ao CGN cabem as decisões finais sobre o Projeto DGM/FIP/Brasil.

6. Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR)

A gestão adequada das queixas relacionadas ao projeto é o terceiro pilar de sustentação do presente Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).

O principal objetivo do Mecanismo de Atendimento a Reclamações do Projeto (MAR) é registrar, responder e resolver queixas e reclamações de maneira oportuna, eficaz e eficiente. E que satisfaça todas as partes envolvidas. Neste sentido, deve permitir receber reclamações de mulheres e homens que possam ser afetados por intervenções específicas do Projeto DGM/FIP/Brasil Fase 2, bem como atender as preocupações do público sobre o desempenho ambiental e social. Em suma, o mecanismo deve proporcionar às pessoas que temem ou sofrem impactos eventos adversos, a oportunidade de ser ouvido e atendido.

Por meio desse mecanismo, pretende-se receber essas preocupações ou afetações com o intuito de se chegar a um acordo mútuo para a resolução das reclamações, sempre buscando soluções transparentes e adequadas para as partes interessadas. Também cria confiança e cooperação como um componente integral de uma consulta mais ampla à comunidade que facilita as ações corretivas. E proibido qualquer tipo de retaliação contra quem apresente reclamações ou queixas sobre o projeto.

O MAR incluirá também procedimentos especiais registrar e responder a preocupações ou queixas relacionadas assédios (sexual, moral) e violência baseada em gênero (VGB) ou contra crianças (exploração, abuso, agressão, entre outros), sejam essas oriundas de trabalhadores e trabalhadoras do projeto ou de comunidades beneficiárias. As demandas relacionadas violência baseada no gênero (VGB) serão encaminhadas a prestadores de serviços especializados para casos de violência contra mulher ou crianças. Para possibilitar este processo de encaminhamento deste tipo de reclamações, o pessoal responsável manterá uma lista atualizada dos serviços de atendimento a crianças e mulheres vítimas de violência. Os responsáveis deverão garantir que a confidencialidade sobre os casos de VGB seja estritamente protegida. Os editais de licitação e outras aquisições relativas ao DGM incluirão penalidades e recursos a serem adotados em casos de assédios ou VGB de acordo com a legislação nacional.

O CAA/NM estará em constante coordenação com os especialistas em gestão social e ambiental do Banco Mundial para garantir o cumprimento do MGSA (proteção de pessoas e do meio ambiente em Projetos de Investimento de Banco Mundial), com o qual serão acompanhados os casos, de acordo com os procedimentos acordados e contratuais.

6.1. Descrição do Mecanismo de Atendimento a Reclamações - MAR

O mecanismo de atendimento a reclamações e queixas encontra-se em funcionamento na página do DGM/Brasil (www.dgmbrasil.org.br/ouvidoria). Qualquer pessoa pode realizar queixas e denúncias relativas ao projeto DGM/FIP/Brasil, seja relacionada com, questões técnicas, administrativas, impactos sociais, culturais ou ambientais ou ainda as decisões de concessão de subvenções, ou sobre a representação do Conselho Gestor, ou à atuação da Agência Executora Nacional, ou outro tema relativo às atividades do projeto.

As queixas, reclamações, denúncias e solicitações de reparações de danos poderão também ser realizadas, a qualquer tempo, pelos canais:

- Na sede do CAA/NM;
- Telefone: (38) 3218-7700
- E-mail: dgm@caa.org.br,
- Via postal:

Centro de Agricultura Alternativa do Norte De Minas (CAA/NM)

Projeto DGM/FIP/BRASIL

A/C: Secretaria Geral do CAA/NM

Rua Doutor Veloso, 151, Centro.

CEP: 39.400-074

Montes Claros – Minas Gerais

- Via redes sociais (Instagram <https://www.instagram.com/dgmbrasil/> e Facebook <https://www.facebook.com/caa.caanm/>).
- Via WhatsApp (38 99140-1251)



Mecanismo de Queixas e Reclamações

MFNUJ

LISTAR RECLAMAÇÕES/QUEIXAS

REGISTRAR RECLAMAÇÃO/QUEIXA

Todas as interações são incluídas numa base de dados em que todas possam ser consultadas e gerenciadas.

Caso seja de desejo do reclamante, a queixa realizada ou demanda poderá ser mantida em sigilo.

6.2. Monitoramento

Todas as ocorrências continuarão a ser registradas e acompanhadas pelo ponto focal do projeto DGM/FIP/Brasil designado para este fim. O prazo de resposta é de trinta dias corridos, por escrito, ao autor da queixa ou denúncia, detalhando os próximos passos a serem tomados, incluindo a transferência para uma autoridade superior, quando apropriado.

Será verificada a fidedignidade das queixas e denúncias, podendo ser acionada, quando necessário, uma Auditoria para apurações.

Todas as queixas, reclamações e denúncias serão registradas no site do CAA/NM, em campo próprio do Projeto DGM/FIP/Brasil, com as respectivas informações sobre o andamento de cada uma delas, com data de registro e de andamento. O CAA/NM também disponibiliza em seu site, em campo próprio do projeto DGM/FIP/Brasil, essas informações sobre o mecanismo de queixas, reclamações, denúncias e solicitações de reparações de danos.

Quando um usuário registra uma demanda, o sistema envia automaticamente para o e-mail do solicitante um comunicado sobre os procedimentos, passos e prazos para o envio da resposta. Busca-se resolver o máximo de reclamações no âmbito da AEN. Somente quando a demanda não pode ser resolvida no âmbito da AEN é que a queixa é repassada para outras instâncias, seja o CGN ou Comitê Gestor Global. As queixas e reclamações são publicizadas na página da internet, preservando a identidade do autor da queixa ou reclamação.

O sistema possui um mecanismo de monitoramento dos procedimentos, passos e prazos relacionados ao registro e resolução das queixas e reclamações.

6.3. Mecanismos de Reclamações do Banco Mundial – GRS

Comunidades e indivíduos que acreditam que são adversamente afetados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial (BM) podem enviar reclamações aos mecanismos existentes de reparação de reclamações em nível de projeto ou ao Serviço de Reparação de Reclamações do Banco Mundial (GRS). O GRS garante que as reclamações recebidas sejam prontamente analisadas a fim de abordar as preocupações relacionadas ao projeto.

Para obter informações sobre como enviar reclamações ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS) corporativo do Banco Mundial, visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>.

As comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem apresentar sua reclamação ao Painel de Inspeção independente do Banco Mundial, que determina se o dano ocorreu, ou pode ocorrer, como resultado do não cumprimento do Banco Mundial com suas políticas e procedimentos. As reclamações podem ser apresentadas a qualquer momento após as preocupações terem sido trazidas diretamente à atenção do Banco Mundial e a Gerência do Banco ter tido a oportunidade de responder.

Para obter informações sobre como enviar reclamações ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, visite www.inspectionpanel.org

7. Monitoramento e Relatórios

O PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário no curso da implementação do projeto, a fim de garantir que as informações apresentadas sejam consistentes e atualizadas, e que os métodos de engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projeto e as fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas atividades relacionadas ao projeto e em seu cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da AEN sobre a implementação das atividades previstas nos três pilares deste PEPI. Esses relatórios semestrais conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas. Os relatórios também conterão informações sobre o número e o teor das interlocuções realizadas com as partes interessadas seja por meio de reuniões presenciais, virtuais, pelas redes sociais, pela ouvidoria, ou pelos outros canais especificados neste documento.

Os relatórios semestrais com as informações sobre as atividades de engajamento público realizadas pelo Projeto serão divulgados às partes interessadas e à população em geral por meio dos canais de comunicação do DGM.

Versão para Consulta